

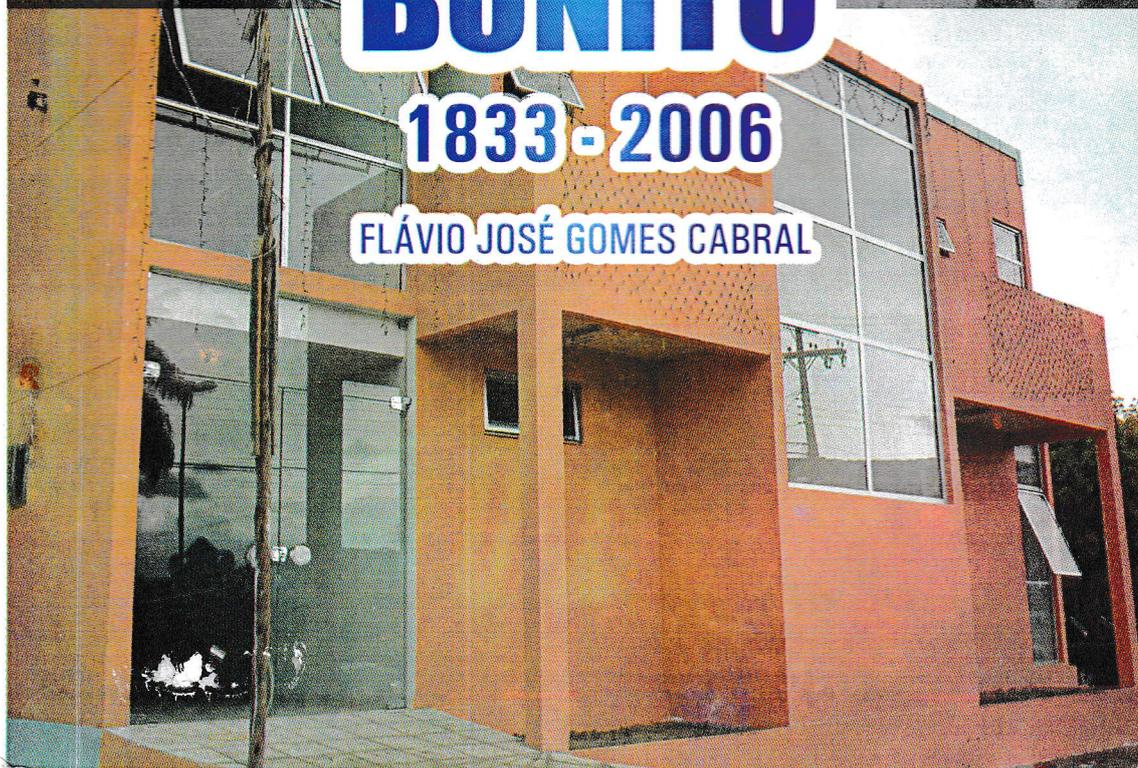
CÂMARA MUNICIPAL DO BONITO  
CASA LEGISLATIVA VILA NOVA

HISTÓRIA LEGISLATIVA DO

**BONITO**

**1833 - 2006**

FLÁVIO JOSÉ GOMES CABRAL



• Flávio José Gomes Cabral •

*História Legislativa do Município de Bonito  
Pernambuco*

**1833 - 2006**

• Câmara Municipal de Bonito •  
2006

---

Cabral, Flávio José Gomes, 1959  
História legislativa do município de Bonito / 1833 - 2006

Flávio José Gomes Cabral

Recife: Câmara Municipal do Bonito  
Prefeitura Municipal do Bonito - 2006 / 51p.il

----p.

1. Bonito (PE) - História 1833/2006

2. Política Municipal

3. Administração Municipal

I. Título

CDD 981.340

CDU 981.342

---

*Os fatos e os tempos ligam-se por fios invisíveis.*

*Machado de Assis*

*Aos camponeses que morreram nas fogueiras  
do Rodeador em 1820 e na Guerra dos  
Cabanos (1832-1836) clamando por liberdade  
e igualdade e que jamais se submeterem aos  
interesses das elites dominantes.*

*À memória de Antônio Francisco de Carvalho,  
modelo de parlamentar.*

---

- SUMÁRIO -

SEIS ANOS DEPOIS .....	07
COM LICENÇA, VOU FALAR .....	08
1. As Câmaras Coloniais .....	10
2. Organização Municipal no Império. ....	14
Criação do Município do Bonito. Instalação da Câmara bonitense: Vereações: 1833 1836, 1837 1840, 1841 1844, 1845 1848, 1849 1853, 1853 1856, 1857 1860, 1861 1864, 1865 1868, 1869 1872, 1873 1876, 1877 1880, 1881 1884, 1885 1888, 1889 1890.	
3. Organização Municipal na República Velha. ....	23
A Intendência Municipal, 1890 1892, 1892. Os Conselhos Municipais: 1892, 1895 1898, 1898 1901, 1901 1904, 1904 1907, 1907 1911, 1911 1913, 1913 1916, 1916 1919, 1919 1922, 1922 1925, 1925 1928, 1928 1930.	
4. As Câmaras e a Nova Ordem Revolucionária. Vereação de 1935 1937 .....	30
5. Período de 1947 a 2008. ....	31
Vereações: 1947 1951, 1951 1955, 1955 1959, 1959 1963, 1963 1969, 1969 1973, 1973 1977, 1977 1983, 1983 1988, 1989 1992, 1993 1997, 1997 2000, 2001-2004, 2005-2008.	
NOTAS .....	35
FONTES .....	47
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS .....	48

## SEIS ANOS DEPOIS ...

A história está na moda. Além das livrarias, onde encontramos vários títulos da área, as bancas de revistas espalhadas pelo país exibem diversos títulos de revistas enfocando inúmeros temas relacionados à história, o que, pela tiragem e vendagem, leva-nos a crer que a história vem ganhando espaço no gosto das pessoas. A grande sedução da história é que ela nunca poderá ser contada e tampouco escrita em sua totalidade, restando sempre algo a ser revisto, revisitado, estudado.

Passados seis anos da edição da História legislativa do Bonito (1833-2000), surge agora uma segunda tiragem, História legislativa do município de Bonito (1833-2006), acrescentando algumas legislaturas, no intuito de atualizar a primeira edição.

Tal complemento era necessário em virtude do decorrer do tempo, visto que novos eventos emergem, mostrando que se a história fosse algo definido não seriam necessárias revisões e complementações. A história é vida. Vida de seres humanos, que constantemente estão em atividade. Nessas idas e vindas, rastros são deixados e, como caçadores de informações, os homens vão tentando desvendar segredos, dando-lhes publicidade. Essa é uma das tarefas do historiador.

Este ano, em que se comemoram os 190 anos da demarcação das terras do povoado de Bonito, por ordem do príncipe regente d. João, futuro d. João VI; os 150 anos da chegada da imagem da padroeira Nossa Senhora da Conceição, vinda de Portugal, por ocasião do mal da cólera-morbo; os 100 anos da chegada do cônego Chicó a Bonito e os 50 anos da Colônia Rio Bonito, o município tem muito o que contar. Em meio a tantas comemorações, o presidente da Câmara de Vereadores de Bonito, Abdonildo Jordão, teve a excelente idéia de reeditar estes ensaios, demonstrando o interesse da câmara em conhecer a si própria para compreender as engrenagens do tempo e compartilhar os sonhos de seu povo.

O AUTOR

Recife, março de 2006

Com licença, eu vou falar...

*"Memória é vida. Seus portadores sempre são grupos de pessoas vivas, e por isso a memória está em permanente evolução. Ela está sujeita à dialética e ao esquecimento, inadvertida de suas deformações sucessivas e aberta a qualquer tipo de uso e manipulação. As vezes, fica latente por longos períodos; depois, desperta subitamente. A história é a sempre incompleta e problemática reconstrução do que já não existe. A memória sempre pertence à nossa época, está intimamente ligada ao eterno presente: a história é representação do passado."*

*Pierre Nora*

Quando me propus a elaborar estes ensaios, atendi ao apelo do ex-vereador Benício José Cavalcanti Ferreira, um dos muitos jovens idealistas que orientei, como coordenador dos cursos noturnos do Colégio Cenecista Paulo Queiroz, em Bonito. Ao fazer o convite, Benício se mostrava interessado em conhecer a história legislativa bonitense, de cujas narrativas havia tomado conhecimento manuseando o livro *Bonito: das caçadas às indústrias*, de minha autoria. Era de seu desejo que o pai, José Ferreira Filho, Zuquinha, eleito presidente da câmara para o período de 1999-2000, aproveitando a oportunidade, se empenhasse na publicação deste trabalho.

Não foi difícil para mim voltar a escrever. Depois de décadas procurando desvendar a história bonitense em arquivos da

localidade e no Recife, a missão se tornou um deleite. A história da câmara de Bonito remonta ao ano de 1833, quando, no dia 3 de novembro, ela foi instalada na referida localidade, em face da emancipação do povoado de Bonito do município de Santo Antônio, hoje Vitória de Santo Antão, em 20 de maio do referido ano.

Naqueles tempos distantes, devido às constantes faltas de recursos, a câmara nunca pôde se instalar em edifício próprio. Em 1862, o governo provincial mandou fazer a planta da futura câmara bonitense, imponente edifício que deveria abrigar, como de hábito, a cadeia pública. O projeto ficara apenas no papel. Somente em 1908, na administração do prefeito Francisco Tibúrcio, é que o poder legislativo bonitense, juntamente com a prefeitura e o fórum, foi alojado em um sobrado edificado em 1852, que para isso sofreu alguns reparos. O edifício passou a ser chamado de Paço Municipal e, além de reunir os vereadores em vereança, servia de salão de baile. A *Soirée Blanche*, por exemplo, foi um dos maiores encontros assistidos pela sociedade local na década de 1930, cujo palco foi o Paço Municipal.

Neste trabalho, está inserida a história da voz de um povo: o povo bonitense, que, através de séculos, movido pelo voto, elegeu seus representantes. São poucos os municípios que conhecem sua história legislativa, que surge na ocasião em que os espíritos se preparam para encarar um novo milênio da história da cristandade.

O autor  
Janeiro de 2000

## 1 - AS CÂMARAS COLONIAIS

*Houve uma época em que o colonizador, intencionado em ocupar a conquista, desbravou os espaços dantes povoados por silvícolas, no meio do mato, onde habitavam animais de grande e pequeno porte, estabelecendo ali seus domínios. Desta sorte, desenvolver-se-ia o povoamento do solo brasileiro inclinado em dois planos: o da zona rural, com o regime de sesmaria, e o urbano, que se organizou sob três modelos: o povoado, a vila e a cidade.*

*Nos primeiros anos, o traço marcante da marcha colonizadora se daria pelo campo, com o sistema de sesmarias. Destarte, pensando em apressar o empreendimento povoador, a coroa aplicou em sua possessão americana o referido sistema. Dessa forma, a metrópole repartia a terra entre os colonos e estes pagavam ao rei o dízimo de Deus.*

*Entretanto, sem nenhum conhecimento prévio sobre aqueles ermos incultos, era o regime de sesmarias transportado para o Brasil. Em Portugal, tais práticas colonizadoras foram bastante corriqueiras, havendo certo sucesso. Mas, como era um país de pequenas dimensões territoriais com interessante expressão demográfica, deu espaço ao surgimento da pequena e média propriedade. No Brasil, país de dimensões continentais de pouco contingente demográfico, as constantes concessões de sesmarias deram origem ao latifúndio, a exemplo da Casa da Torre, cujas terras cobriam o rio São Francisco e o Piauí.*

*Em Pernambuco, os sesmeiros paulatinamente implantavam seus interesses ao longo do litoral e dos rios Jaboatão, Ipojuca, Sirinhaém e seus afluentes. Na fabulosa Documentação histórica pernambucana, obra que reúne as concessões de terras na capitania do século XVI ao século XIX, observa-se a fixação colonizadora no*

Agreste. A área onde está implantado o município de Bonito, terra propícia à agricultura, teria seu povoamento firmado pelos idos do século XVIII, época em que suas terras se encontravam repartidas em sesmarias.

Ao lado daqueles que se inclinavam para as ocupações agrárias, alguns colonizadores se dedicaram com certo sucesso a outras atividades, abraçando o comércio, que se desenvolveu próximo ao litoral. Era justamente ali que os diversos gêneros produzidos na capitania eram desembarcados. O trajeto das embarcações seguia os cursos dos rios Ipojuca e Capibaribe. As feiras de gado bovino também incrementavam o mercado litorâneo. Isso fez emergir, lentamente, núcleos urbanos espalhados por diversas áreas do Agreste e do Sertão.

Os povoados apareceram em primeiro lugar. O colono levantava sua habitação quase sempre aproveitando as toras das derrubadas. Aos poucos, as casas iam se avizinhandando umas das outras. Imbuído de sentimentos religiosos, o povoador mais abastado mandava construir a capela, geralmente em local de destaque. A partir de então, os sacerdotes passavam, vez ou outra, a celebrar missas. Distribuía os sacramentos e os penitentes eram ouvidos nas desobrigas. As capelas, erguidas sob as mais variadas invocações, foram elementos de grande vulto na formação dos primitivos povoados. Em Bonito, a primitiva Casa de Oração, erguida nos primórdios da povoação da cidade sob a proteção da Virgem do Rosário, foi mais tarde substituída pela Capela da Conceição, hoje Matriz.

Segundo Costa Porto (1968, 32), as primitivas povoações surgiram como fenômeno espontâneo, "resultando do fato material de algumas pessoas se fixarem em determinada área com certo sentido de contigüidade, construindo residência quase ao acaso".

Se observarmos as velhas ruas bonitenses, notaremos que elas surgiram espontaneamente, sem seguir nenhum traçado específico. Seguindo as velhas normas coloniais, nascia mais ou menos no distante ano de 1783 o povoado de Bonito, no quarto de légua doado pelo regente D. João, futuro D. João VI.

Expandindo-se, os povoados eram os mesmos, distinguidos com o predicado de vila. Seguindo as normas genéricas, somente ascendiam a esse predicado os povoados de maiores expressividades ou os que eram sede de governo. Elevados a tais condições, adquiriam sua emancipação com jurisdição sobre determinado território, então chamado termo. No centro da praça principal era erguido o pelourinho, coluna de pedra cinzelada ou de madeira onde as autoridades locais davam publicidade às determinações do governo e onde se atavam negros escravos e criminosos condenados a açoites. Os pelourinhos foram extintos com a edição da Carta Constitucional de 1824, que aboliu as torturas e as penas infames.

As vilas portuguesas do século XVIII eram erguidas segundo dispositivos assinalados no Livro I, título LXVI das Ordenações Filipinas. Em cada vila levantada haveria de ter câmara. Segundo aquelas ordenações, aos "vereadores pertence o cargo de todo o regimento da terra e das obras do conselho, e de tudo que puderem saber e entender, porque a terra e os moradores dela possam bem viver, e nisto hão de trabalhar". As antigas câmaras exerceram papel de grande importância, pois "quase tudo quanto dizia respeito ao governo local lhes recaía sobre os ombros" (PORTO, 1968, 92). Deveriam sanar os problemas sociais, observar os bens públicos e coibir os abusos. Cabia-lhes promover as posturas, denunciar criminosos e contraventores, auxiliar no policiamento da terra, observar a higiene pública, etc.

De vila, a localidade passava a cidade. O termo constituía problema dos mais complexos. Somente el-rei, na qualidade de grão-mestre da Ordem de Cristo, tinha poderes para elevar as vilas ora existentes a tão alta distinção. Além do soberano, o papa tinha iguais poderes, devido à tradição canônica. Criada a diocese, a vila automaticamente se transformava em cidade. Pelos velhos costumes eclesiásticos, os bispos, nobres de primeiro quilate, não podiam assistir em terras enfitêuticas. Assim sendo, criada a diocese, era a vila elevada à categoria de cidade, fato ocorrido com Olinda em 1676, quando a Bula de Inocêncio XI erigiu a Igreja de São Salvador a catedral e sua vila a cidade, dando a seus habitantes foro de cidadãos (Costa, 1983, 268). Segundo Costa Porto (1968, 36), a cidade de Salvador no século XVI, quando foi criada sua diocese, e a de Olinda no século XVII praticamente eram formadas por vilas, cujo disciplinamento foi iniciado nas Ordenações Afonsinas (1446) e definitivamente concluído nas Ordenações Filipinas (1603).

## 2 - ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL NO IMPÉRIO

### CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BONITO

*Com a independência brasileira, em 1822, os municípios continuaram a reger-se segundo os dispositivos da lei de 20 de outubro de 1823, pelas antigas Ordenações Filipinas e por decretos e alvarás portugueses até a elaboração da Constituição imperial e das leis regulamentares.*

*A Carta Constitucional de 25 de março de 1824 dividiu o país em províncias e estas em municípios. Os artigos 167, 168 e 169 instituíam o regime municipal, como se pode ver a seguir:*

*Em todas as cidades e vilas ora existentes, e nas mais que no futuro se criarem, haverá câmaras, às quais compete o governo econômico e municipal das mesmas cidades e vilas.*

*As câmaras serão eletivas e compostas pelo número de vereadores que a lei designar, e o que obtiver maior número de votos será presidente.*

*O exercício de suas funções municipais, a formação das suas posturas policiais, a aplicação das suas rendas e todas as suas particulares e úteis atribuições serão decretados por uma lei regulamentar.*

*O artigo 24 da Lei de Organização Municipal de 1º de outubro de 1823 estabeleceu que "as câmaras são corporações meramente administrativas e não exercerão jurisdição alguma contenciosa". Destarte, desprovidas das funções políticas e judiciárias, como antes, foram as velhas câmaras reduzidas a simples administradoras dos bens e serviços públicos. Havia, no*

entanto, exacerbada dependência ao governo provincial, de cuja autorização dependia a aplicação das rendas das câmaras.

A lei de 1828 também estabeleceu que as câmaras se compunham de sete elementos e um secretário. A cada quatro anos os membros daqueles órgãos seriam alternados no dia 17 de setembro. Deveriam realizar sessões ordinárias e, se necessário, extraordinárias. Os edis deliberavam por maioria de votos, cabendo ao presidente o voto de qualidade. Obrigavam-se as câmaras a manter seus livros de atas, o registro das posturas municipais e o registro das leis provinciais e nacionais que se relacionavam com os municípios.

A aplicação das rendas era regida por lei orçamentária anual, estruturada pelo governo provincial, impedindo que as câmaras pudessem depender de qualquer importância extra-orçamentária sem sua prévia autorização.

Os vereadores não recebiam remuneração e a presidência do órgão estava nas mãos do mais velho e, em sua falta, dos imediatos em votação.

Com a instituição do Código de Processo Criminal, em 29 de novembro de 1832, granjearam os municípios certas regalias. Os presidentes de cada província ficavam obrigados a se reunir em conselho para promover o fracionamento de suas províncias em comarcas.

No artigo 3o do referido código, era posto em discussão o projeto do conselheiro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, em sessão de 17 de maio de 1833. O projeto foi aprovado em 20 de maio do mesmo ano, criando em Pernambuco alguns municípios, entre eles Bonito:

O senhor Paula apresentou o seguinte projeto de divisão de termos e comarcas que, segundo o disposto no código do processo,

deve ser feita nesta província. Em observância do artigo 3o do processo criminal, fica esta província de Pernambuco dividida em nove comarcas: cidade do Recife, vila de Goiana, vila de Nazaré, vila de Limoeiro, vila de Santo Antão, vila do rio Formoso, vila do Bonito, vila do Brejo e vila de Flores.

(...) A comarca de Bonito abrangerá o termo de Bonito.

§ 1º - Fica ereta em vila a povoação do Bonito, servindo-lhe de termo a freguesia de Bezerras e a porção da freguesia de Garanhuns cujas águas entram no rio Una (grifo meu). 1

Como se pode ver, quem mais se beneficiou com a aprovação do projeto foi Bonito, que se viu duplamente premiado: foi elevado a vila, emancipando-se de Santo Antão, e virou sede de comarca, passando adiante de muitas povoações mais antigas.

### INSTALAÇÃO DA CÂMARA BONITENSE

Criada a vila de Bonito, deu-se andamento ao seu processo político. Foi necessária, como recomendavam os artigos 167, 168 e 169 da Constituição vigente, a instalação de sua câmara municipal. E, de acordo com a lei de 1o de outubro de 1828, fez-se eleição para sete vagas disponíveis na futura câmara bonitense. A eleição foi apurada na antiga sede do município, a vila de Santo Antão, e teve o seguinte resultado: Antônio Bezerra de Melo (209 votos), Joaquim José de Melo (174 votos), Luís José de Vasconcelos (173 votos), José Manoel da Silva (161 votos), João Francisco da Silva (158 votos), Manoel Bezerra de Melo (143 votos) e Inácio Francisco de Lima (125 votos). 2

Em 9 de novembro de 1833, era instalada a câmara bonitense e, em 17 de outubro, eram empossados seus vereadores em Santo Antão.

*Nesse dia, foi inaugurado o edifício preparado para acomodar o importante órgão público e ocorreu a sessão inaugural de instalação do município, sendo em seguida enviada esta mensagem ao presidente da província, Félix José Tavares Lira:*

*Ilmo. e Exmo. Sr.:*

*Com maior júbilo e satisfação, participamos a V. Exa. que esta câmara, tendo tomado posse deste município, e prestando juramento perante a câmara da vila de Santo Antônio, teve lugar de sair sua primeira sessão nesta nobilíssima vila no dia da data deste.*

*Ilmo. e Exmo. Sr., esta câmara, cujo direito é (...) ser em tudo útil aos seus concidadãos e à pátria dos Dias e Camarões, fica pedindo ao ente supremo (...) forças para isso, e que suas obras correspondam a seus desejos, para a glória presente e futura dos habitantes de uma das mais belas vilas (...). 3*

*Dois dias depois do solene ato de instalação da vila e de sua câmara, esta, em vereação, participava aos munícipes por edital a fundação da vila. Pereira da Costa transcreve parte de maior relevância do referido edital:*

*A Providência quis que em menos de*

cinquenta anos [1783], de uma terra inculta e despovoada, despontasse uma formosa povoação, populosa, com um termo cheio de prodigiosas riquezas naturais, cultivando os seus habitantes todos os gêneros necessários ao nutrimento e usos da vida, e com um comércio ativo, importantíssimo, e que sem requisição [sic] alguma se viu premiada com a categoria de vila e de comarca (COSTA, 1983, 11-12).

Instalado o município, nomeava a câmara seus primeiros funcionários: Joaquim José de Oliveira Calazans (secretário), José Manoel da Silva e Joaquim José de Melo (Cabral, 1988:118). No dia 27 de novembro de 1833, era enviado pela câmara, para a apreciação do governo provincial, o nome de representantes do lugar para preencher cargos do judiciário local. Para o cargo de juiz municipal, foram indicados o capitão Vicente Ferreira Padilha Calumby, o capitão Joaquim Antônio da Silva e Joaquim Ferreira Calado. Para a promotoria, foram apontados Jacinto de Oliveira Lins, José Antônio Mont e Francisco de Barros e Silva. 4

No dia 25 de agosto de 1834, tomava posse perante a câmara da localidade, no cargo de juiz de direito da comarca, o Dr. Antônio Batista Gitirana, antigo juiz da cidade de Oeiras, capital da província do Piauí, transferido para Bonito conforme decreto imperial de 15 de setembro de 1833. 5

Somente com a edição da Lei nº 65, de 12 de abril de 1839, foi fundada a freguesia de Bonito, com a invocação de Nossa Senhora da Conceição, padroeira do lugar.

A câmara, dando execução à lei imperial de 15 de outubro de 1827 e

à resolução do conselho do governo de 20 de maio de 1833, fracionava, em 8 de novembro de 1834, o território municipal em 11 distritos de paz: Bonito (sede do primeiro distrito), Aba de Serra (hoje São Joaquim do Monte), Alexandria (hoje território de Camocim de São Félix e Sairé), Barra da Palmeira, Gravatá, Bezerros, Caruaru, São Caetano, São Bento (do Una), Altinho e Bebedouro (Agrestina). 6

O antigo território de Bonito cobria uma área irrigada pelos rios Ipojuca, Sirinhaém e Una. Limitava-se com Santo Antônio, Limoeiro, Garanhuns e a província de Alagoas. Tempos depois, rumores de desmembramentos surgiram e novos municípios foram fundados no seu antigo território. 7

O modelo em que as câmaras municipais se responsabilizavam pela administração dos municípios perdurou até a queda da monarquia. Dessa forma, de 9 de novembro de 1833 a 20 de novembro de 1889, 15 legislaturas governaram o município. 8

#### 1833 - 1836

A primeira Câmara estava composta por Antônio Bezerra de Melo (presidente), Joaquim José de Melo, Luís José de Vasconcelos, José Manoel da Silva, João Francisco da Silva, Manoel Bezerra de Melo e Inácio Francisco de Lima.

#### 1837 - 1840

Eram membros da Câmara José Joaquim Bezerra de Melo (presidente), Vicente Ferreira da Assunção, José Manoel da Silva, Félix Fernandes Portela, Padre Manoel Clemente Torres Galindo, 9 André Barbosa de Melo e José Gomes Cabral.

#### 1841 - 1844

Parte da Câmara estava constituída do padre Manoel Clemente Torres, Félix Fernandes Portela, José Gomes Cabral, Joaquim José de Oliveira Calazans e André Barbosa de Melo.10

**1845 - 1848** 11

Em 3 de janeiro de 1845 tomaram posse na Câmara os senhores: Zeferino Veloso da Silveira (presidente), José Joaquim Bezerra de Melo, Joaquim José de Oliveira Calazans, Tomás José de Freitas, José Antônio da Porciúncula Laage, Francisco de Barros da Silva e Antônio Romualdo Crisóstemo de Melo.

**1849 - 1853** 12

Tomara posse em 4 de abril de 1849 os vereadores padre Manoel Clemente Torres Galindo (presidente), Vicente Ferreira de Assunção, Félix Fernandes Portela, Cândido José da Silveira, José Vitoriano da Silveira, José Vitoriano de Vasconcelos, José Antônio da Porciúncula Laage.

**1853 - 1856** 13

Foram empossados nesta Câmara os vereadores Joaquim Antônio da Silva (presidente), Teotônio José de Freitas, João Pacheco Alves, Félix Fernandes Portela, Manoel Francisco de Azevedo, Zeferino Veloso da Silveira, João Braúlio Correia e Silva

**1857 - 1860** 14

Integraram esta Câmara: Francisco Bezerra de Vasconcelos Júnior (presidente), José Joaquim Bezerra de Melo, Félix Fernandes Portela, Joaquim Antônio da Silva, Antônio Fernandes Xavier Lima e José Antônio da Porciúncula Laage.

**1861 - 1864**

Foram empossados em 8 de janeiro de 1861 os senhores Manoel de Azevedo Lira, Félix Fernandes Portela, Claudino Monteiro Brayner, João de Barros e Silva, José Antônio da Porciúncula Laage, Quintino Bastos. 15

**1865 - 1868** <sup>16</sup>

A Câmara estava integrada pelo coronel Manoel Gomes da Cunha Pedrosa (futuro Barão de Bonito), na presidência, Félix Fernandes Portela, João Bráulio e Silva, João Manoel Pontual, Matias Ferreira de Melo, Francisco Muniz Pontes, Antônio Feijó de Melo Lins.

**1869 - 1872**

Foram empossados em 7 de janeiro de 1896 os vereadores Manoel Gomes da Cunha Pedrosa (presidente), Félix Fernandes Portela, João Bráulio Correia da Silva, Eduardo Daniel Cavalcanti, Francisco Apolônio Bezerra, Gonçalo Teixeira de Carvalho e José Cipriano Bezerra de Melo.

**1873 - 1876**

O município neste período esteve governado pelos vereadores Avelino Rodrigues da Silva (presidente), Gaudêncio do Monte Cabral, João Bráulio Correia e Silva, Odilon Austricliniano Brayner, José Honorato Chaves, João Manoel Pontual e José Vitoriano Vasconcelos Pereira. 17

**1877 - 1880**

Integraram a referida legislatura os vereadores Tomaz de Aquino Pereira (presidente), Galdino Alves Barbosa, Belarmino Antônio Soares da Fonseca, Manoel Teotônio de Melo, Francisco

Tibúrcio Paulino de Melo e Silva, Manoel Rodrigues da Silva Vieira, Joaquim Roberto Pereira. 10

1881 - 1884

Nesse novo período integraram a Câmara bonitense Francisco Quintino da Silva Vieira (presidente), Francisco Tibúrcio Paulino de Melo e Silva, Joaquim Roberto Pereira, Avelino Rodrigues da Silva, Francisco Ribeiro Ribas, João Francisco Brayner e José Belarmino Pereira de Melo.

1885 - 1888 <sup>19</sup>

Compunham essa Câmara os senhores Francisco Ribeiro Ribas (presidente), Francisco Tibúrcio Paulino de Melo e Silva, (presidente do segundo período), João Francisco Brayner, Joaquim Roberto Pereira, Avelino Rodrigues da Silva, Otilio Priamo Lins de Albuquerque, Francisco Quintino da Silva Vieira e José Belarmino Pereira de Melo.

1889 - 1890 <sup>20</sup>

No dia 7 de janeiro de 1889 era empossada a última Câmara sob o regime monárquico composta pelos senhores Francisco Tibúrcio Paulino de Melo e Silva (presidente), Joaquim Roberto Pereira, José Francisco Soares, Otilio Priamo Lins de Albuquerque, José Ferreira de Albuquerque, José Joaquim da Cunha, Joaquim de Barros e Silva e Antônio Gomes da Silva Magno

### 3 - ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL NA REPÚBLICA VELHA

#### A INTENDÊNCIA MUNICIPAL

O golpe militar de 15 de novembro de 1889, que instituiu a República, pegou todos de surpresa, quando até se pensava que a Monarquia perduraria, pelo menos, até a morte de D. Pedro II. O próprio Aristides Lobo, um dos baluartes e propagandistas do republicanismo, "manifestou seu desapontamento com a maneira pela qual foi proclamado o novo regime. Segundo ele, o povo, que, pelo ideário republicano deveria ter sido protagonista dos acontecimentos, assistira a tudo bestializado, sem compreender o que se passava" (CARVALHO, 1987, 9).

As primeiras notícias sobre a instalação do regime republicano chegaram às províncias por telegramas endereçados aos comandantes militares que tomaram conta do governo (CALMON, 1971:1954).

Em Bonito, a notícia foi transmitida ao povo por sua câmara. Em reunião cinco dias após a proclamação do novo regime, seu presidente, major Francisco Tibúrcio Paulino de Melo e Silva, enfatizava a importância da nova ordem, que veio "sem conflito e conseqüência desagradável". "O fato", argumentava ele, "tem sido geralmente acolhido pelo país, foi aceito com verdadeira adesão e confiança, segundo as notícias da imprensa, sendo que, a respeito dele, designa-se de nação brasileira o referido governo provisório por meio da proclamação impressa" (CABRAL, 1988, 97).

Com a nova ordem política, foram as antigas câmaras municipais convertidas em conselhos de intendência, conforme decreto de 22 de janeiro de 1890 da junta governativa estadual. A nova comissão

deveria cuidar da administração dos municípios até a implantação de medidas definitivas no país.

#### 1890 - 1892

Em 28 de janeiro de 1890 eram empossados na intendência bonitense os senhores: major Leonardo Orlando de Barros (presidente), major Francisco Tibúrcio Paulino de Melo e Silva e capitão José Antônio de Melo.

O ofício de 7 de agosto de 1890 do Governador do Estado exonerava a intendência supra, substituindo-a por outra encabeçada pelo Dr. Francisco Antônio Regueira Costa (presidente), major Mariano Tavares Ledo, tenente José Teixeira de Albuquerque Melo, tenente Antônio Gomes da Silva Magno e o major Leonardo Orlando de Barros.

Com a nomeação do Dr. Regueira Costa para ocupar a pasta da promotoria pública bonitense, ocorreu vacância no Conselho de Intendência. Com esta alteração, a nova intendência ficou constituída pelo tenente José Ferreira de Albuquerque Melo (presidente), major Mariano Tavares Ledo, tenente João Francisco Brayner, tenente Antônio Gomes da Silva Magno e o major Leonardo Orlando de Barros.

#### 1892

Perante grande número de pessoas era empossada no dia 5 de janeiro de 1892, a nova Intendência composta pelo capitão José Antônio de Melo (presidente), capitão Francisco Ribeiro Ribas (vice-presidente), coronel Joaquim de Barros e Silva e Antônio de Barros e Silva.

## OS CONSELHOS MUNICIPAIS

*Após a promulgação da Carta Constitucional de 24 de fevereiro de 1891, a primeira da República, ficou assegurada aos municípios através do artigo 68 que "os Estados organizar-se-ão de forma que fique assegurada a autonomia dos municípios, em que tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse". O decreto de 26 de dezembro de 1891 da Junta do Governo estadual, estabeleceu o dia 21 de fevereiro de 1892 para a realização de eleições que deveriam escolher os componentes dos conselhos municipais (atual câmara de vereadores), prefeitos e subprefeitos, deputados e senadores. O decreto de 18 de fevereiro de 1892 determinava que a posse dos eleitos deveriam ocorrer no dia 15 de março daquele ano.*

### *1892<sup>1</sup>*

*Na data prevista eram empossados os primeiros conselheiros municipais da era republicana: capitão José Antônio de Melo (presidente), major Mariano Tavares Ledo, capitães Francisco Ribeiro Ribas, Antônio de Barros e Silva e Antônio Gomes Melo.*

*Por decreto de 25 de agosto de 1892, o Governador Alexandre José Barbosa Lima, exonerava todas as câmaras e prefeitos municipais empossados em 25 de março, sob a alegação de que somente com a edição da Lei nº 52, de 3 de agosto de 1892, as unidades municipais pernambucanas se constituíram autônomas.*

*2*

### *1892 - 1895<sup>3</sup>*

*Novas eleições foram realizadas no dia 30 setembro de 1892, ocorrendo no dia 8 de novembro a posse dos cinco*

conselheiros cujos mandatos deveriam se estender até o ano de 1895. Dessa forma foram empossados na câmara bonitense os conselheiros: major Mariano Tavares Ledo (presidente), capitães José Antônio de Melo, Manoel Roiz da Silva Nery, Antônio da Cunha Brayner e Antônio José Alves da Silva.

#### 1895 - 1898

As eleições de 30 de setembro de 1895 elegeram os seguintes conselheiros: coronel Francisco Tibúrcio Paulino de Melo e Silva (presidente de 1895-97), major Mariano Tavares Ledo (presidente de 1897-98), Epifânio José Henrique, major José Antônio de Melo, coronel Abdias Vilar Correia Lima, José Honorato Chaves, Quintino Torres Maranhão, Manoel Ribeiro Ribas e Antônio da Cunha Brayner.

#### 1898 - 1901

A 15 de novembro de 1898 eram empossados os seguintes conselheiros: coronel Francisco Tibúrcio Paulino de Melo e Silva (presidente por toda legislatura), major Mariano Tavares Ledo, capitão Calixto Maia, Dr. Fortunato Roberto Guimarães, coronel Joaquim de Barros e Silva, capitão José Veloso da Silveira Filho, coronel José Belarmino Pereira de Melo e capitão Sebastião Lins de França Caldas.

#### 1901 - 1904

O pleito de 25 de julho de 1901 elegeu os seguintes conselheiros que foram empossados em 15 de novembro do mesmo ano: major Mariano Tavares Ledo (presidente), Dr. Fortunato Roberto Guimarães, capitão José Maria Paulino de Melo, Dr. João Francisco de Arruda, capitães Calixto Maia, José Francisco

*Pereira, Sebastião Lins de França Caldas, major João Francisco de Assis e José Veloso da Silveira Filho.*

#### **1904 - 1907**

*No dia 15 de novembro de 1904 tomaram assento no conselho Municipal de Bonito: coronel Francisco Tibúrcio Paulino de Melo e Silva (presidente), professor Bardominiano Nilo dos Santos, Ferreira Barros, major João Francisco de Assis, coronel Joaquim José de Lima (líder político de Aba de Serra hoje São Joaquim do Monte), João Archelau Lins de Albuquerque, capitão José Antônio Ribeiro Ribas, coronel José Francisco Ferreira e coronel Antonino de Moura Borba.*

#### **1907 - 1911**

*Na data prevista foram empossados: coronel José Gomes Cabral de Andrade (presidente), major Calixto Maia, capitão Osvaldo Orlando de Almeida, capitão Manoel Antonino de Moura Borba, coronel João Francisco Pereira, coronel José Belarmino Pereira de Melo, coronel Joaquim José de Lima, capitão José Honorato Chaves Gomes da Silva e o capitão José Antônio da Porciúncula Laage.*

#### **1911 - 1913**

*O novo triênio inaugurado em 15 de novembro de 1911 estava formado pelo coronel José Gomes Cabral de Andrade (presidente), José Antônio da Porciúncula Laage, coronel Manoel Antonino de Moura Borba, Antônio Nemézio de Vasconcelos, coronel José Belarmino Pereira de Melo, capitão Jose Honorato Chaves Gomes da Silva, coronel Joaquim José de Lima, Wenceslau Correia da Silva e José Cabral de Souza Viana.*

**1913 - 1916 :**

Para o novo período foram eleitos e empossados o coronel Leovigildo Câncio de Melo (presidente de 1913-14), major Honório Cezino Alves da Silva, Pedro de Castro Sá Barreto, Miguel Teixeira de Carvalho (líder político de Guabiraba hoje Barra de Guabiraba), coronel José Coelho de Araújo, Manoel Francisco Pereira, Manoel Ribeiro Ribas e o major Epifânio José Henrique.

**1916 - 1919 :**

No aniversário da Proclamação da República de 1916 foram empossados os seguintes conselheiros: coronel José Gomes Cabral de Andrade, coronel José Piauhyllino Gomes de Melo, coronel Antônio Portela de Macedo, coronel Manoel Antonino de Moura Borba, coronel Joaquim José de Lima, Enéas Teixeira de Carvalho, Abílio César Laage de Melo e Silva, capitão José Vitoriano de Vasconcelos e capitão Luís de Carvalho.

**1919 - 1922**

O Conselho Municipal estava composto pelo coronel Manoel Dionísio Pereira (presidente por todo triênio), Júlio Samuel da Cunha, Modesto Coriolano da Silva, Manoel Flanklin da Silva, Manoel Ribeiro Ribas, Nominando Teixeira de Carvalho, Sebastião Rangel Pereira de Melo, Vitalino Marques Lins, capitão Antônio Lourenço da Silva Lyra (líder político de Alto Bonito).

**1922 - 1925 :**

Para o novo triênio inaugurado em 15 de novembro de 1922 foram empossados no conselho local: coronel Manoel Dionísio

Pereira (presidente até janeiro de 1923), padre Francisco de Barros Cavalcanti Lins (padre chicó presidiu o referido conselho de janeiro de 1923 a dezembro de 1924), 7 Modesto Coriolano da Silva (presidente de 1924-25), Sebastião Rangel Pereira de Melo, Nominando Teixeira de Carvalho, José Manoel Ferreira Pontes, Hermínio José Aroucha, coronel Joaquim José de Lima e o coronel José Leovigildo Cância de Melo.

#### 1925 - 1928

Estavam à frente do conselho o coronel Abdias Vilar Correia Lima (presidente de 1925-27), Olegário Cabral de Andrade (presidente de 1927-28), Eduardo Argileu de Espíndola, Abílio César Laage de Melo e Silva, Hermínio José Aroucha, coronel Leovigildo Cância de Melo, Pedro Alexandrino da Rocha, Pedro Sérgio de Menezes e Nominando Teixeira de Carvalho.

#### 1928 - 1930

Eleitos em 30 de setembro de 1928 e empossados em 15 de novembro os conselheiros bonitenses deveriam legislar até o ano de 1931, quando vitoriosa a Revolução de 1930 desbaratou todo o aparato da velha República. O interventor federal no Estado, Carlos de Lima Cavalcanti, nome ligado à velha oligarquia açucareira estadual, através do Ato nº 78, de 18 de outubro de 1930, dissolvia todos os conselhos municipais do Estado, inclusive o do Bonito que naquele momento estava formado pelo Dr. Alberto Miranda Baptista d'Oliveira (presidente), Mizaél Torres Galindo, João Cristóvão Cavalcanti, Abílio César Laage de Melo e Silva, coronel Manoel Antonino de Moura Borba, Manoel Correa da Silva, Olegário Cabral de Andrade, Alberto Aurélio Pereira e o Major Honório Cezino Alves da Silva.

#### 4 - AS CÂMARAS E A NOVA ORDEM REVOLUCIONÁRIA

*A Carta Constitucional de 1934, em seu artigo 13, garantia a eletividade da câmara dos vereadores e dos prefeitos. O pleito de 8 de outubro de 1935 elegeu a nova câmara municipal, fechada desde 1930 por força da revolução deflagrada naquele ano.*

##### 1935 - 1937

*A nova câmara estava composta por Edson Barbosa da Silva Nunes (presidente por todo o período), José Félix da Silva, Manoel de Queiroz Lima, José de Carvalho Lamour, Modesto Coriolano da Silva, Esdras Emiliano de Souza, Euclides Alves Pereira, Mizaél Torres Galindo e Álvaro Gomes de Matos.*

*Essa câmara deveria concluir sua legislatura em 1939, entretanto, o golpe perpetrado por Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937, pelo qual foi dissolvido o Congresso Nacional, forçou o fechamento das assembleias estaduais e das câmaras municipais. Estas somente seriam reativadas dez anos depois, por força da Constituição de 1946, que estabeleceu a autonomia dos municípios.*

*O golpe de 1937 fez Vargas permanecer na Presidência da República além do prazo legal, que deveria expirar em 1938. Astutamente, o presidente vinha construindo, desde 1930, seu poder (SKIDMORE, 1982). O período Vargas é caracterizado por pertinente doutrinação política, repressão e pela conjugação de propaganda governista. Carente de legitimidade, o regime inaugurado em 30 começou a se afirmar com a criação da Secretaria da Presidência, que se tornou um eficaz instrumento de*

legitimação do novo governo. Criou-se o mito Vargas, que até o presente continua vivo no imaginário da nação (FERREIRA, 1947).

## 5 - PERÍODO DE 1947 A 2008

### 1947 - 1951

Em 14 de novembro de 1947 era empossada a seguinte câmara eleita em 26 de outubro: Hercílio de Assis Vila Nova (presidente em 1947), Severino Pereira de Lucena (presidente em 1950), Manoel de Queiroz Lima (presidente em 1948), João Rodrigues de Lima, Herminégildo Lourenço da Silva Lyra (líder político de Alto Bonito), Massilon Pessoa Cavalcanti, João Lídio Bezerra, Luís Guimarães Bezerra e Jorge Portela de Macedo.

### 1951 - 1955

Para o novo quadriênio foram empossados no dia 5 de novembro de 1951 os vereadores Manoel de Queiroz Lima (presidente em 5.11.1951), Oscar Cabral de Andrade (presidente em 10.2.1955), João Rodrigues de Lima, Jorge Portela de Macedo, Massilon Pessoa Cavalcanti, Manoel de Brito Lima, Paulo Ferreira do Nascimento, Herminégildo Lourenço da Silva Lyra e Francisco Ventura da Silva.

### 1955 - 1959

Eleita em 3 de outubro de 1955 foi a nova câmara empossada no dia 6 de novembro desse ano tendo à frente os seguintes edis: Herminégildo Lourenço da Silva Lyra (presidente por ocasião da posse da Câmara), Manoel de Brito Lima (presidente de 1956-59), Antônio Pedrosa Machado (Machadinho), Dr. Hugo

*Cavalcanti Melo, José Caetano de Oliveira, Leônidas Vila Nova de Assis (patrono da Câmara de Bonito), Francisco de Assis Santos, Clóvis Maranhão e Manoel Afonso da Silva.*

#### **1959 - 1963**

*O resultado das urnas de 2 de agosto de 1959 elegeu para o novo quadriênio legislativo Clóvis Maranhão (líder de Barra de Guabiraba, presidente em 1959), Benjamin José do Nascimento (presidente em 1963), Benício Vaz Cavalcanti, Manoel Afonso da Silva, 2 Amaro Vieira da Silva, Álvaro Gomes de Matos, Antônio Firmino Alves, Amaro Alexandrino Ferreira e Manoel de Queiroz Lima (presidente em 1963).*

#### **1963 - 1969**

*Apurada as urnas eleitorais de 18 de agosto de 1963 foram eleitos e posteriormente diplomados os seguintes vereadores: Álvaro Gomes de Matos (presidente eleito em 10.02.1963), Olegário Luiz Ferreira (renunciou em 24.05.1966), José Bruno de Albuquerque César (assumiu a vereança em virtude da renúncia de Olegário), David Geminiano Cardona Pereira, Benício Vaz Cavalcanti (líder político de Alto Bonito), Valdomiro de Souza Lima, José Josué de Lima, Carlos de Souza Melo, Flávio Nogueira de Lima e Antônio Francisco de Carvalho (presidente eleito em 13.02.1967).*

#### **1969 - 1973**

*No dia 31 de janeiro de 1969 eram empossados os novos vereadores municipais eleitos em 15 de novembro último: Valdomiro de Souza Lima (presidente em 10.2. 1969), Fernando Pessoa Cabral (presidente em 2. 1. 1971), José Monteiro da Silva,*

Raimundo Cordeiro Torres, Benício Vaz Cavalcante, Flávio Nogueira de Lima, José Pereira de Almeida, José Bruno de Albuquerque César (presidente), Olegário Luiz Ferreira e Dr. Luiz Guimarães Ribeiro.

#### 1973 - 1977

Em sessão solene realizada no dia 31 de janeiro de 1973 eram empossados os edis José Josué de Lima (presidente de 1973-75), Antônio Francisco de Carvalho (presidente de 1975-77), José Monteiro da Silva, Juvinião Rodrigues dos Santos, José Bruno de Albuquerque César, José Ferreira Filho e Olegário Luiz Ferreira.

#### 1977 - 1983

A Câmara empossada em 31 de janeiro de 1977 para uma legislatura de quatro anos teve seu período legislativo prorrogado por mais dois anos conforme determinação da lei eleitoral da época. Integraram essa câmara: Antônio Melo Coelho (presidente de 1977-80), José Ferreira Filho (presidente de 1980-83), Olegário Luiz Ferreira, Juvinião Rodrigues dos Santos, Massilon Pessoa Cavalcanti Filho, José de Holanda Cavalcanti e Antônio Francisco de Carvalho.

#### 1983 - 1988

Os eleitos e empossados para uma legislatura de quatro anos, a exemplo da câmara anterior, tiveram seus mandatos prorrogados por mais dois anos: Antônio Francisco de Carvalho (presidente em 1983), David Geminiano Cardona Pereira (presidente em 1985), Manoel Francisco de Araújo (Neco Ouro), Olegário Luiz Ferreira, José Ferreira Filho, Massilon Pessoa Cavalcante, Juvinião Rodrigues dos Santos (presidente em

1987), José Batista de Lima e José Genis Pereira.

#### 1989 - 1992 4

No primeiro dia do ano de 1989 eram empossados na câmara os seguintes vereadores: José Batista de Lima (presidente de 1989-90), Antônio Manoel de Souza (presidente de 1991-92), Benício José Cavalcanti Ferreira, José Carlos da Silva (Novo), José Genis Pereira, Amaro Florentino Freire, Mauro José de Melo Torres Galindo, Bruno de Albuquerque César (Bruninho) e Manoel Francisco de Araújo.

#### 1992 - 1996 5

Em 1º de janeiro de 1993 inaugurava-se o novo quadriênio legislativo com a posse dos vereadores eleitos a 3 de outubro do ano anterior: José de Holanda Cavalcanti (presidente de 1993-94), José Carlos da Silva (presidente de 1995-96), José Abelardo Cândia de Godoy, José Batista de Lima, Manoel Pinto Fornelos, Bruno de Albuquerque César, Antônio Francisco de Carvalho, José Genis Pereira, José Ferreira Filho, Dr. José Miguel da Silva e José Ferreira do Nascimento (Zé Morais).

#### 1997 - 2000

Para o novo período foram empossados treze vereadores e vereadoras: José Abelardo Cândia de Godoy (presidente de 1997-98), José Ferreira Filho (presidente de 1999-00), José Batista de Lima, 6 Márcia de Moraes Coelho, Maria Zoraide Diógenes Henrique, Roberval Marques de Sousa, Antônio Bartolomeu de Moura, José Ferreira do Nascimento, Bruno de Albuquerque César, Antônio Francisco de Carvalho, 7 José Genis Pereira, Dimas de Albuquerque César Júnior e Antônio Abdonildo Jordão.

### 2001 - 2004

Em 1º de janeiro de 2001 foram eleitos treze vereadores e vereadoras. Pela primeira vez a câmara foi presidida por todo período por duas mulheres: Julieta Farias Pinheiro (presidente 2001-02), Márcia de Moraes Coelho (presidente 2003-04), José Abelardo Câncio de Godoy, Luiz Gonzaga Ferreira (Luiz Olegário), Maria de Fátima Silva (Fátima de Devá), Marivaldo Tenório, Dimas de Albuquerque César Júnior, Pedro Cabral, José Batista de Lima, José Genis Pereira, Bruno de Albuquerque César, José Ferreira do Nascimento (José Moraes), Antônio Abdonildo Jordão.

### 2005 - 2008

Nesse período a câmara voltou a contar com nove membros que foram empossados em 1º de janeiro de 2005: Antonio Abdonildo Jordão (presidente 2005-06), Manoel Pinto Fornelos, José Roberto Ferreira (José Olegário), Dimas de Albuquerque César Júnior, José Valdir Silva, Hermenegildo Xavier (presidente 2007-08), Ricardo Heráclio de Souza Lima, José Renato de Oliveira, José Genis Pereira (licenciado) José Ferreira Filho.

### NOTAS

#### 2 - ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL NO IMPÉRIO

(1) Livro de atas do conselho do governo 1832-1834, fls. 59r a 64r. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, Recife, doravante citado pela sigla Apeje. Todo esse precioso códice foi impresso sob o título "Atas do conselho do governo de Pernambuco", v. 1 e 2. Na época, o conselho do governo tinha funções idênticas às da atual Assembléia Legislativa.

(2) Correspondências das câmaras municipais (CM), código 12, 1833, fl. 80, Apeje.

(3) *Idem, ibidem.*

(4) *Idem, ibidem, fl. 109.*

(5) Juizes, promotores e demais funcionários públicos, após suas nomeações, se apresentavam às câmaras municipais para serem empossados nos respectivos cargos. Dr. Antônio Batista Gitirana foi o primeiro aluno da Faculdade de Direito de Olinda a colar grau em 1832. Entre outros colegas de vida acadêmica, registra-se Eusébio de Queiroz, futuro ministro do Império e autor da lei de 1850 que extinguiu o tráfico negreiro no Brasil (BEVILÁQUA, 1927, 46).

(6) CM, código 13, fls. 385 a 388, Apeje. O conhecimento da divisão territorial bonitense nesse ano é de grande valia às histórias dos municípios aqui declinados, principalmente no que se refere à sua primitiva confrontação.

(7) Dois anos após a fundação do município de Bonito, rumores de mutilação do seu território tramitaram na Assembléia Provincial. A câmara de Bonito, usando a tribuna do Diário de Pernambuco de 14 de julho de 1835, saía em defesa de seu território publicando a nota seguinte: "Homens inimigos do nosso bem-estar e do sossego público têm semeado um extraordinário temor nos habitantes desta vila, persuadindo-os de que nessa ilustre assembléia se projetava o aniquilamento dos habitantes desta vila com a criação de três vilas em seu termo nas povoações de Bezerros, Caruaru e Altinho e

supressão da cabeça dela, ficando esta vila na maior decadência que é possível imaginar (...) e sendo para temer que semelhante projeto não venha trazer-nos um resultado funesto, que cesse o resto das nossas futuras desgraças”.

(8) Cf. Cabral (1988:118-124). As vereações de 1877-1880 e 1881-1884 que não foram registradas no referido livro aparecem aqui graças às recentes pesquisas do Apeje, nas coleções CM, códice 76, 1881, fl. 160, e CM, códice 85, 1886, fl. 48.

(9) Vigário de Bezerras e assistente espiritual da Capela de Nossa Senhora da Conceição de Bonito. Foi um dos esteios para que se criasse a paróquia bonitense, conforme Lei Provincial de 12 de abril de 1839.

(10) Apesar do avanço das pesquisas, ainda não foi possível saber o nome dos componentes da referida câmara. Tem-se conhecimento, por ofício exarado em 16 de junho de 1843, da participação do consórcio da princesa D. Francisca com o príncipe de Joinville François d'Orleans, “filho de Sua Majestade o rei dos franceses, cuja notícia nos foi satisfatória pelas vantagens que nele deve representar aos dois países. Seguindo com o esposo no dia 14 [de maio] para a França”. Apeje. CM, códice 21, 1843, fl. 147. A mesma câmara expedida, em 15 de novembro de 1843, ofício ao presidente da província acusando o recebimento de um ofício que participava o desembarque da imperatriz Teresa Cristina. Explica Lilia Schwarcz que antes desse desembarque a futura imperatriz do Brasil casou-se em Nápoles por procuração com o segundo imperador brasileiro em 3 de setembro daquele ano (SCHWARCZ, 1998:93-94).

(11) Por edital lavrado em 19 de agosto de 1847 e afixado em local público, participava essa câmara o nascimento da princesa Leopoldina, filha de D. Pedro II e de D. Teresa Cristina, nascida no dia 13 de julho. Apeje. CM, código 26, 1846-47, fl. 140. Em 5 de setembro de 1848, a câmara cientificava a população, por meio de edital, do nascimento do príncipe Pedro Afonso, que morreria no dia 10 de janeiro de 1850.

(12) A reunião camarista de 20 de outubro de 1850 informava aos munícipes que no dia 10 de agosto a Assembléia-Geral reunida no Paço do Senado, no Rio de Janeiro, havia aclamado a princesa Isabel herdeira do trono e da coroa brasileira. Uma cópia desse reconhecimento foi enviada à câmara bonitense por intermédio do presidente provincial José Ildefonso de Sousa Ramos (CABRAL, 1988, 90).

(13) Era construído na sede municipal um açougue de taipa medindo cerca de 66 palmos de frente por 38 de fundos. Apeje. CM, 34, 1834, fl. 358. A câmara remetia ao governo provincial planta da futura ponte sobre o riacho dos Macacos, que estava sendo construído na sede municipal, cujo orçamento era na ordem de 1:6000\$000. A obra permitia ligar a Rua Imperial (atual Avenida Dr. Joaquim Nabuco), sendo demolida em 1890 na administração do prefeito Joaquim de Barros e Silva. A planta da referida ponte encontra-se no Apeje. CM, código 35, 1855, fl. 326.

(14) O ofício de 17 de dezembro de 1858 informava à câmara que se iniciara a construção do edifício que abrigaria aquela casa legislativa. Em 1859, por ocasião da visita de Pedro II a Pernambuco, foram grandes os esforços dos pernambucanos para

acomodá-lo na província. Era tamanha a comoção, que muitas vezes as cidades se preparavam sem ao menos receber confirmação do governo para hospedar a família reinante. Bonito se antecipou a esses eventos, iniciando a construção de uma casa para receber os ilustres visitantes, a qual, após servir de "paço imperial", deveria acomodar a casa da câmara. Os imperadores estiveram em Santo Antônio, não ultrapassando a Serra das Russas (CABRAL, 1988, 89-90).

(15) Reunidos os vereadores em 19 de dezembro de 1861, foram solicitadas do governo provincial medidas para a conclusão de obras no município de Bonito que estavam paralisadas por falta de verbas: a cadeia pública, uma ponte sobre o Ipojuca em Gravatá e a mudança do curso do rio Bonito Grande para a sede municipal objetivando o aproveitamento de suas águas em virtude da falta de chuvas, que atormentava o município.

(16) Conforme solicitação do Ministério da Agricultura, a câmara remetia, em 21 de setembro de 1868, amostras do minério lignita encontradas nos leitos do rio Bonito para serem analisadas na corte. Apeje. CM, código 56, 1868. Ver também Cabral, 1988:103-104.

(17) Atendendo apelo do governo provincial, a câmara enviou, por intermédio do coronel Félix Fernandes Portela, amostras de ferro e gesso recolhidas da região de Bonitinho, além de pedras que se supunha ser mármore, encontradas no Engenho Pedra Redonda, para serem expostas na capital. A partir de 1862, por ocasião da terceira exposição mundial de Londres, o Brasil passou a marcar presença naquelas exposições, tanto que, antes de o país mandar

materiais para serem expostos lá fora, cada província patrocinava sua exposição. Nessas prévias, os melhores produtos eram enviados para a amostra nacional, passando por uma análise para a feira mundial (SCHWARCZ, 1998:394). Fica então explicado o motivo das várias pesquisas realizadas pela câmara no solo do município. Em 1877, a câmara dava início à construção do mercado público da localidade, no antigo Largo do Comércio, onde hoje se situa a oficial Praça Getúlio Vargas, que o povo, por ignorar tal denominação, chama de Praça de São Sebastião, desconhecendo que tal designação pertence aos canteiros que vão da igreja do dito santo às confrontações da Rua Esdras Emiliano de Sousa. A tosca construção atravessou o século, sendo xingada nos começos do século XX de "casa de bagaço de engenho bangüê", em virtude do seu decadente aspecto. Por isso, foi demolida pela prefeitura em 1923 (Jornal do Recife, 22/11/1923).

(18) O coronel Roberto Pereira foi um dos muitos bonitenses que lutaram na Guerra do Paraguai. Como voluntário da pátria, lutou nos campos paraguaios, sendo admirado por seus contemporâneos por ter perdido sangue ao ser alvejado no dia 2 de maio de 1866, "cuja cicatriz ainda mal fechada" carregou-a pelo resto da vida. Como "mostra bem visível da ferida que recebeu pela pátria" se pronunciava a câmara ao homenagear o dito coronel em 25 de julho de 1872.

(19) O presidente da câmara, Francisco Tibúrcio, em sessão solene, convocada para o dia 20 de maio de 1888, anunciava aos bonitenses o decreto da "Áurea Lei, nº 3353, de 13 de maio, pela qual foi extinta a escravidão no Império, satisfazendo assim as mais veementes aspirações nacionais e abrindo horizontes ao progresso e

engrandecimento do país, colocando-o a par das nações verdadeiramente civilizada" (CABRAL, 1988:96). Por ocasião da reunião camarista de 29 de agosto de 1888, foi posto em discussão o ofício da presidência da província que pedia que o empenho da câmara em enviar para o Recife objetos curiosos com o propósito de serem selecionados, como explicamos alhures, para a exposição internacional de Paris em 1889, quando a França celebraria o primeiro centenário da Revolução Francesa. Uma comissão de vereadores, composta pelo alferes Avelino Rodrigues da Silva, pelo capitão Francisco Ribeiro Ribas e pelo tenente José Ferreira de Albuquerque Melo, se encarregou de mandar realizar pesquisas no solo do município à procura de curiosidades para a seleção de objetos. Os melhores seriam conduzidos à Europa. A exposição de Paris foi boicotada pelas monarquias européias. O Brasil compareceu, expondo seus produtos em seu pavilhão, localizado no Campo de Marte, à direita da Torre Eiffel, a vedete da festa (SCHWARCZ, 1998:403).

(20) Esta câmara foi dissolvida em face da implantação do regime republicano, por decreto de 22 de janeiro de 1890, da Junta Governativa do Estado.

### 3 - A ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL NA REPÚBLICA VELHA

(1) No dia 25 de março de 1892, a câmara empossava o subprefeito coronel Joaquim de Barros e Silva, que no momento oportuno comunicou à Junta Governativa sua posse. O prefeito eleito, coronel Francisco Tibúrcio Paulino de Melo e Silva, que naquele momento acumulava as funções de deputado estadual, só tomaria

posse no cargo de prefeito em 22 de abril (Arquivo da Prefeitura Municipal de Bonito. Livro de termo de juramento dos funcionários do Bonito, 24 de março de 1892).

(2) Segundo a referida lei, capítulo 1o, artigo 4o, os "direitos e prerrogativas dos municípios serão exercidos em cada um deles: 1 por um conselho municipal; 2 por um prefeito; 3 por juizes de direito". Sobre os conselheiros municipais, rezava a referida lei que haveria "em cada município um conselho municipal, que será composto por 13 membros na capital do Estado, 9 nas cidades e 5 nas vilas", sendo esse último o número de conselheiros que legislariam no município até o ano de 1895, ano em que o município de Bonito foi elevado à categoria de cidade, quando então foi alterado para 9 o número de conselheiros municipais.

(3) Após a posse do novo conselho, este empossou o prefeito eleito, coronel Francisco Tibúrcio Paulino de Melo e Silva, e o subprefeito, coronel Joaquim de Barros e Silva.

(4) Em meados de 1914, o subprefeito Joaquim de Barros e Silva, que desde 8 de junho vinha substituindo o prefeito Alexandrino da Rocha, licenciado do cargo de prefeito por ter assumido o cargo de deputado estadual, vinha tentando desmanchar os atos do prefeito, que era seu adversário político (na época, votava-se em prefeito e subprefeito distintamente. O prefeito Alexandrino não conseguiu eleger seu subprefeito, e o coronel Joaquim de Barros, candidato a subprefeito na chapa derrotada, foi quem assumiu o cargo). O conselho, pretendendo coibir os desmandos, entrou na briga política, mas o coronel Joaquim de Barros recorreu à Justiça impetrando contra o conselho processo por difamação e calúnia

(Apeje. CM, códice 1914-15, fls. 30-32, 96-97 e 113).

(5) Por ocasião da passagem do centenário da Revolução de 1817, o conselho, atendendo ao pedido do Instituto Arqueológico e Histórico de Pernambuco, inaugurou, na cidade, a Escola Mista Leão Coroado, hoje desativada. No dia 8 de dezembro de 1917 era aprovada no conselho moção de solidariedade política ao então deputado federal Dr. Alexandrino da Rocha, que na Câmara Federal, ao integrar a Comissão de Saúde Pública, defendia as questões relativas àquela região. Naquele dia, a câmara procurava afirmar sua confiança no líder bonitense, que, ao se reunir com o presidente Eptácio Pessoa, pleiteou a construção da estrada de rodagem que, partindo de Bonito pelo sítio Veloso, alcançaria a vila de Cortês em local próximo à antiga estrada de ferro (Arquivo da Câmara Municipal de Bonito. Livro de atas do conselho municipal, 1918).

(6) Em 18 de outubro de 1923, quando o conselho se reuniu para festejar o primeiro aniversário da administração do governador Sérgio Loreto, o Dr. Alberto d'Oliveira, em nome do povo bonitense, entregou ao Dr. Nestor Diógenes de Melo, representante do governador, um álbum de fotografias contendo aspectos curiosos do município: suas áreas urbanas, engenhos de açúcar, fazendas de café, serras e cachoeiras. No momento oportuno, o Dr. Nestor Diógenes fez chegar às mãos do homenageado as primorosas fotografias saídas das lentes do fotógrafo Euclides Vilar (Apeje. Jornal do Recife, 9 e 23 de outubro de 1923).

(7) Ao entrar no conselho a proposta orçamentária da prefeitura para o ano de 1925, algumas verbas sofreram reduções, inclusive as

obras do hospital da cidade. Contra tal proposta ficou o conselheiro padre Chicó, sendo rebatido pelo seu colega e jornalista Hermínio Aroucha, que defendia o argumento de que o município não tinha obrigação de executá-las, salvo se seus cofres estivessem equilibrados. Posta a proposta em votação, saiu o padre derrotado. Este, sem fazer comentário, abandonou o plenário, renunciando ao cargo de conselheiro e conseqüentemente à presidência do órgão.

(8) Era sancionada em 20 de abril de 1928 a Lei nº 134, que pôs em execução as novas nomenclaturas dos logradouros da cidade: Avenida do Comércio (atual Dr. Alberto d'Oliveira), Praça Estácio Coimbra (atual Getúlio Vargas), Rua General Dantas Barreto, Rua 13 de Maio, Rua Dr. Barbosa Lima (próxima à Rua 13 de Maio), Rua Barão do Bonito, Rua Dr. Alfredo Ramos, Rua do Veloso (atual João Cância), Rua Dr. Alberto d'Oliveira (atual Coronel José Coelho de Araújo), Rua Francisco Tibúrcio, Rua Abdias Vilar, Rua São Vicente de Paula, Rua 7 de Setembro, Rua Dr. Esmeraldino Bandeira, Rua do Vigário Cunha (atual Severino Mirandolino de Melo), Largo da Matriz (atual Praça da Matriz), Rua Buarque de Macedo, Travessa Benício das Chagas, Travessa do Dr. Godoy, Rua Félix Portela, Rua Dr. Joaquim Nabuco, Rua coronel Jonas, Travessa do Matadouro (extinta). No dia 22 de maio de 1928, era aprovada no conselho a resolução da prefeitura de contratar os serviços de Edson Barbosa Nunes para explorar o serviço de abastecimento d'água da cidade.

## 5 PERÍODO DE 1947 A 2008

(1) No dia 3 de setembro de 1957, aprovava a câmara o projeto que concedia à vila de Guabiraba sua autonomia política. Entretanto, o

novo município só seria reconhecido por força da Lei Estadual nº 3.340, de 31 de dezembro de 1958, quando então passou a se chamar Barra de Guabiraba.

(2) Em virtude da criação do município de Barra de Guabiraba, renunciava ao cargo de vereador de Bonito para assumir semelhantes funções no município guabirabense.

(3) A câmara, reunida em 23 de janeiro de 1967, aprovava a Lei nº 66, que instituía a bandeira e o hino oficial de Bonito, este de autoria do Dr. Plácido de Sousa (verso e música) e aquela, da professora Odete de Sousa, esposa do autor do hino.

(4) Em 5 de abril de 1990 foi promulgada a lei orgânica do município, que foi sancionada pelo prefeito Laércio Queiroz.

(5) Em março de 1994, foi inaugurada, na sala do plenário, a galeria dos presidentes da câmara a partir do ano de 1892. Em setembro de 1995, esteve na câmara o cônsul-geral do Japão no Recife, Hiroshi Funakashi, por ocasião das celebrações dos 100 anos da imigração japonesa no Brasil e dos 35 anos em Bonito.

(6) Esteve licenciado por ter sido chamado pelo poder executivo local para exercer o comando da Secretaria de Obras do município, sendo oportunamente empossado o suplente José Carlos da Silva.

(7) Em virtude de sua morte em janeiro de 2000, foi substituído pelo suplente, José Miguel da Silva.

(8) Em sua presidência foi construído e inaugurado em 2006 o prédio do Centro Administrativo da Câmara vereador David Cardona Pereira.

### FONTES MANUSCRITAS

1 - Arquivo Público Estadual (Recife)

Coleção Câmaras municipais, anos: 1833, 1834, 1835, 1836, 1837, 1838, 1839-40, 1841, 1843, 1844, 1845, 1846-47, 1848, 1849, 1850, 1854, 1855, 1856, 1857, 1858, 1859, 1860, 1861, 1862, 1863, 1864, 1865, 1866, 1867, 1868, 1869, 1870, 1871, 1872, 1873, 1874, 1875, 1876, 1877, 1879, 1880, 1881, 1882, 1883, 1884, 1885, 1886, 1888, 1889, 1900-02, 1903-06, 1907-11, 1913 e 1914-15.

Atas do Conselho do Governo, 1832-1834.

Coleção Intendências municipais, anos: 1890, 1891 e 1892.

Sessão de Plantas, Mapas e Leis, estante 6, 96 a 684.

2 - Arquivo da Prefeitura de Bonito

Termo de Juramento dos Funcionários de Bonito, 24.3.1892.

3 - Arquivo da Câmara Municipal de Bonito

Livro de Actas do Conselho Municipal; 1895, 1898, 1901, 1904, 1907, 1911, 1913, 1916, 1919, 1922, 1925, 1928,

Livros de Atas da Câmara Municipal: 1933, 1947, 1951, 1955, 1959, 1963, 1969, 1973, 1977, 1983, 1989.

4 - Cartório Eleitoral de Bonito: Livros de Resultado de Eleições municipais: 1959, 1969 e 1973.

### JORNAIS

Arquivo Público Estadual

Diário de Pernambuco, Recife 14 de julho de 1835.

Jornal do Recife, 9 de outubro de 1923.

Jornal do Recife, 22 de outubro de 1923.

Jornal do Recife, 23 de outubro de 1923.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ARAGÃO, José. *Historia da Vitória de Santo Antão (1626-1843)*. 2a ed. Recife, CEHM/FIAM, 1993.
- BEVILAQUA, Clóvis. *História da Faculdade de Direito do Recife, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1927*. Botelho, Carla (org.). *Calendário Oficial de datas Históricas dos municípios do interior de Pernambuco*. Recife, FIAM -CEHM, 1994.
- CABRAL, Flavio José Gomes. *Bonito das Caçadas às Indústrias*. Recife, CEHM-FIAM/Prefeitura Municipal do Bonito, 1988.
- CALMON, Pedro. *História do Brasil, século XX*. 3a ed. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1971, vol. VI.
- CARVALHO, José Murilo. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. Recife, Ed. Universitária da UFPE, 1998.
- COSTA, F. A. Pereira da. *Anais Pernambucanos*. Recife, fundarpe, 1983, v. 1. \_\_\_\_\_ *Anais Pernambucanos*. Recife, fundarpe, 1984, vol. 9.
- FERREIRA, Jorge Luiz. *Trabalhadores do Brasil: O imaginário do povo*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- Lei nº 52, de 3 de agosto de 1892.
- Lei Orgânica do Município do Bonito, 5 de abril de 1990.
- PORTO, José da. *Nos Tempos do Visitador*. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1968.
- \_\_\_\_\_. *Estatutos das Vilas do Brasil Colonial*. Recife, 1970.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco*. 7a ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- Flavio José Gomes Cabral é licenciado em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru. Mestre e doutorando em História pela UFPE. Docente da rede Estadual de Ensino, professor substituto de História da UFRPE (2004), professor da graduação e pós-graduação das Faculdades Integradas da Vitória de Santo Antão e da pós-graduação da Faculdade de Formação de Professores de Serra Talhada. Há vários anos investiga a história do agreste e os conflitos sociais e políticos no século XIX em Pernambuco. Escreveu: *Bonito: das caçadas às indústrias*. Recife:

FIAM/CEHM-Prefeitura M. do Bonito, 1988; *Sairé: reminiscências de um povo que caminha com S. Miguel* (Prefeitura M. de Sairé); *História legislativo do Bonito* (Câmara Municipal do Bonito/ Prefeitura M. do Bonito, 2000); *Paraíso terreal: a rebelião sebastianista na Serra do Rodeador. Pernambuco 1820*. São Paulo: Editora Annablume, 2004.

Capítulo de livro: *Reino ou cidade do paraíso terrestre: rebeldia e contestação da ordem nos sertões pernambucanos de 1820. O caso do Rodeador*. In: *As múltiplas dimensões da política e da narrativa*. São Paulo/Franca: Universidade Estadual de São Paulo/ Editora Olho d'Água. 2004.

Artigos em revistas: *A guerra da pedra do Rodeador*. *Continente multicultural, Recife*, nº 34, out. 2003. *Desertores, desempregados e outros elementos perigosos na 'cidade do paraíso terreal': a rebelião sebastianista na serra do Rodeador (Pernambuco, primeira metade do século XIX)*. *História & Perspectiva*. Universidade Federal de Uberlândia, nº. 29-30, 2004. *A revolução abordada*. *Nossa História*, Editora Vera Cruz, São Paulo, nº 26, dez. 2005. *D. Sebastião e a virgem da pedra: práticas religiosas e sediciosas em Pernambuco colonial*. *Cadernos de Olinda*. Instituto Histórico de Olinda, 2005 ([www.iholinda.org](http://www.iholinda.org)). *Federalismo ou morte! (sobre a Confederação do Equador)*, Editora Vera Cruz, São Paulo, nº 36, set. 2006. *Calvinismo tropical*, *Nossa História*, Editora Vera Cruz, São Paulo, nº 38, dez. 2006.

"*Vozes públicas*": *as ruas e os embates políticos em Pernambuco na crise do Antigo Regime português (1820-1821)*. *Saeculum Revista de História*. Universidade Federal da Paraíba, nº 13, jul.dez. 2005-2006.

No prelo: artigo: "*Os efeitos da notícia da revolução liberal do Porto na província de Pernambuco e a crise do sistema colonial no Nordeste do Brasil (1820-1821)*", *Revista Fronteras de la historia*, ICANH, Bogotá Colômbia", 2007.

## AGRADECIMENTOS

A maior parte das informações aqui contidas foi pesquisada no Arquivo Público do Estado, uma espécie de segunda casa, onde encontrei boa acolhida nos diferentes setores que pesquisei. Sou extremamente grato àqueles funcionários por agüentarem um traça de arquivo como eu. Eis os nomes: Adeusa Sobral, Almira Cavalcanti, Celda Gusmão, Hildo Leal da Roa, Lindinalva dos Santos, Marinaldo Ferreira Filho, Marly Gondim, Noemia Zaidan, Kátia Pereira e Telma Vasconcelos. Em Bonito contei com a colaboração de Marlene Ferreira, do Cartório Eleitoral, que me permitiu acesso aos livros de resultado de eleições municipais de diferentes períodos.

A cada momento que a investigação histórica esticava necessitei buscar nas memórias de Dirceu Portela, Demi Pereira e Maria do Carmo Góis preciosas informações para que este trabalho ganhasse massa muscular.

Do invejável acervo iconográfico de Antônio Clóvis Vila Nova (Coi) e de Dorinha Vilar tive livre trânsito podendo levantar teorias sobre o Bonito sem os quais este trabalho não teria nenhum senso crítico.

Por ocasião da primeira edição deste trabalho foi notável o empenho da Câmara Municipal de Bonito na pessoa do então presidente Zuquinha e da prefeita Lúcia Heráclio. Agora, por ocasião de sua segunda edição, a iniciativa do presidente Abdonildo Jordão de Oliveira foi importante demonstrando em ambos os momentos que administrar conhecendo o sonho da história tudo fica mais claro.

No início o rio emprestou o nome ao povoado que em 20 de maio de 1833, mediante ao progresso conquistado, transformava-se em vila dando os primeiros passos no cotidiano da política.

Inaugurada sua câmara organizava-se a administração da localidade. Com a República as velhas câmaras se transformaram em intendências, conselhos e finalmente eram restauradas as câmaras municipais, porém desprovidas das antigas atribuições conquistadas nos tempos imperiais.

Os ventos autoritários dos anos 30 silenciaram as câmaras as quais só voltariam à cena cotidiana nos finais das próximas décadas.

Na construção da história de cada lugar, pessoas e coisas o mais importante é o diálogo entre o passado e o presente, peça extremamente importante para o conhecimento de nossos anseios, lembranças e esperanças.